



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº06/2018

----- Aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas à discussão e votação a ata nº 04/2018, referente à reunião ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito e a ata nº 05/2018, referente à reunião ordinária de nove de março de dois mil e dezoito. -----

----- Aprovada a ata nº 04/2018, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- Aprovada a ata nº 05/2018, por unanimidade dos presentes com direito a voto (5 votos a favor). -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Um milhão, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trinta euros e trinta cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e nove mil, trezentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

#### ----- DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao assunto para conhecimento relativo a “Descentralização Administrativa, Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais” e disse que gostaria de ouvir a opinião da Senhora Presidente relativamente às dificuldades ou constrangimentos que possam estar a acontecer entre a ANMP e o Governo. -----

----- Seguidamente lembrou a comemoração do dia mundial da água, considerando ser uma data oportuna para as diversas autoridades mundiais do setor, que estão presentes no fórum mundial da água que se está a realizar em Brasília, possam partilhar conhecimento e fortalecer estratégias para ajudar as questões pertinentes do setor, como o combate à realidade climática, às perdas de água e à escassez do mesmo. Ainda relativamente a este assunto disse que tendo o município alguns problemas de gestão no setor, gostaria de ser informado em concreto sobre que tipo de investimentos vão ser realizados durante este ano para eliminar as perdas de água, qual o local de intervenção e qual a calendarização destes investimentos. Disse também que a gestão eficiente da água tem de ser uma realidade no concelho. -----

----- Continuou a intervenção para solicitar que fosse dada uma maior atenção à limpeza urbana referindo que quem utiliza as ciclovias ou pedovias verifica que a limpeza em certas zonas não ocorre há vários meses. Disse ainda que alguns dos sumidouros das águas pluviais existentes nessas áreas, também não são limpos há muito tempo. -----

----- Ainda no uso da palavra congratulou-se com a plantação de novas árvores no dia mundial da árvore que ocorreu no dia vinte e um, referindo que tem de fazer algumas observações menos positivas, que se prendem com a manutenção, a substituição e a correção de diversas árvores em meio urbano, considerando que algumas se encontram inclinadas, dificultando a mobilidade das pessoas, outras encontram-se secas e outras ainda em situações de obstrução à passagem dos peões. Finalizou a intervenção solicitando uma maior atenção para estas situações, dizendo que um concelho bem cuidado e a resolução destas pequenas questões são um cartão-de-visita para quem o procura. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar à Feira das Tasquinhas deixando uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Executivo e também a toda a equipa que coordenou e implementou o certame. Feira das Tasquinhas. Questionou se já seria

possível ter informação detalhada e objetiva do balanço da atividade nos seus diversos aspetos, mas principalmente sobre arrecadação de receita por parte do movimento associativo, considerando que o principal objetivo da Feira das Tasquinhas de Rio Maior é o apoio que o certame dá ao associativismo, referindo também que em conversa com alguns responsáveis das associações, estes transmitiram uma ideia de satisfação e do bom resultado obtido, face aos anos anteriores. -----

----- Seguidamente referindo-se à ata da reunião do dia vinte e três de fevereiro, onde consta a sua intervenção sobre a requalificação do Complexo Mineiro do Espadanal e lembrou que na mesma intervenção a Senhora Presidente respondeu a uma questão, dizendo que o programa REVIVE é para o setor privado, no entanto considerava que esse programa, em boa verdade, sintetiza aquilo que deve ser a preocupação da intervenção pública, ou seja fazer uma síntese e uma enorme aproximação ao setor privado. Referiu ainda que alguns pontos da ordem de trabalhos da reunião de Câmara a decorrer, significam que a Câmara Municipal está a dar um sinal muito claro de apoio à atividade económica, mas ainda sobre o projeto REVIVE referiu que o mesmo tem por objetivo que o Estado Português, através da Administração Central e da Administração Local, evidenciem e mostrem o que de melhor tem o seu património, tendo em vista a sua recuperação, solicitando que a Senhora Presidente acompanhe todo este processo e que continue a lutar pela requalificação do complexo mineiro do Espadanal. Ainda sobre esta matéria referiu não concordar com a resposta da Senhora Presidente quando lhe disse que para recuperar não é necessário classificar e que por vezes classificar até poderá prejudicar essa recuperação. Em sua opinião essas afirmações não são corretas e têm mesmo algum nível de gravidade, considerando que a recuperação em causa deve ser da máxima prioridade, sugerindo que poder-se-á avançar de forma faseada, tomando a iniciativa de iniciar em simultâneo o processo de classificação e de recuperação. Disse ainda que outros municípios com uma dimensão semelhante à de Rio Maior iniciaram um processo de recuperação semelhante ao que se pretende para o complexo mineiro do Espadanal, nomeadamente Alenquer que recuperou uma igreja no valor de seiscentos mil euros, através de um programa com financiamento comunitário e Caldas da Rainha que está a iniciar um processo de recuperação dos pavilhões do Parque D. Carlos I. Finalizou a intervenção solicitando que para os próximos anos a Senhora Presidente, tome como prioridade a recuperação do complexo mineiro do Espadanal e que lute pela sua recuperação e valorização turística e cultural.

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo que as Tasquinhas-2018 ficaram marcadas por diversos projetos de sucesso, mas iria destacar aqueles que diretamente lhe diziam

respeito no âmbito das suas competências e que foram carinhosamente apadrinhados pela comunidade riomaiorense, nomeadamente, o projeto “Rio Maior consciente cuida do ambiente”, cuja primeira iniciativa decorreu nas Tasquinhas 2018 e teve como principal objetivo a angariação de fundos para a reflorestação do pinhal de Leiria, recordando a propósito que em Rio Maior, felizmente, a taxa de área ardida foi bastante baixa, o que, na sua opinião, trás mais responsabilidade para colaborar com aqueles que estão mais fragilizados. Assim, congratulou-se com a colaboração dada pelos riomaiorenses sendo com orgulho que afirma que aproximadamente trezentos e sessenta árvores oriundas do concelho de Rio Maior, irão residir no pinhal de Leiria, representando um total de cerca de mil e cem euros angariados. Informou que a comunidade será convidada a colaborar na sua plantação, referindo que o local ficará eternamente com uma referência ao município de Rio Maior e à sua colaboração, o que é um motivo que deve deixar todos os riomaiorenses orgulhosos. Referiu que para além da colaboração com esta iniciativa da reflorestação do pinhal de Leiria se pretendeu também sensibilizar a comunidade para um tema tão atual como o da limpeza de matas, a responsabilidade ambiental, e ainda fomentar o associativismo juvenil que trabalhou em força e em união para este projeto. Deixou o seu reconhecimento a todos os jovens que asseguraram durante todo o evento, o bom funcionamento deste projeto, opinando que os resultados que foram muito positivos se devem à união, à força e ao trabalho que eles desenvolveram. -----

----- Continuou a intervenção referindo-se ao “Eco Evento” colocado nas Tasquinhas que, na sua opinião, representou uma evolução para o certame e para o concelho, sendo um desafio, com todo um trabalho de preparação junto das diferentes Associações, mas cujos resultados foram fantásticos e superaram o que o que era esperado. Disse que foram conseguidos mais de mil e duzentos quilos de material diferenciado, opinando que o mito foi quebrado, porque se é tão verdade que este projeto era quase impossível de implementar nas Tasquinhas, pela quantidade de trabalho que têm, é ainda mais verdade que o trabalho e a persistência, conseguiu sensibilizar as Associações. Disse ainda que este número se deve sem dúvida ao trabalho feito pelas associações. Terminou referindo que tudo o que evocou, prova que Rio Maior é um concelho em progresso e sobretudo um concelho inovador, atento, e com uma aposta clara no futuro. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se às Tasquinhas-2018 e recordou que no âmbito das suas competências este certame já fora da sua responsabilidade durante alguns anos e opinou que estas Tasquinhas foram mais um sucesso e que este certame que já

tem trinta anos, está perfeitamente sustentado e consolidado. -----

----- Ainda sobre esta matéria destacou de forma positiva a inauguração do certame no 1º andar do Pavilhão, o que lhe deu uma maior dignidade. Também a passagem do espaço “show cooking” para o rés-do-chão, que, para além de estar num espaço mais nobre, permitiu também, em termos acústicos, melhorar bastante esta questão que se verificava no 1º andar. Por último salientou a melhor organização da tenda dos doces e do artesanato, que, embora não sendo responsabilidade direta da Câmara Municipal, foi objeto de uma intervenção que permitiu que a mesma ficasse melhor organizada.---

----- Finalizou a intervenção endereçando os parabéns a toda a equipa por mais um sucesso nas Tasquinhas 2018, salientando a excelente organização do Vereador Filipe Santana. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se às questões apresentadas pelo Vereador João Teodoro Miguel e informou, quanto ao setor da água que o projeto que foi apresentado aos Senhores Vereadores se mantém. Disse também que já se estão a fazer investimentos nesta área, nomeadamente com a substituição de contadores que estavam parados ou em fim de vida útil e na requalificação de depósitos de água, processo que teve início com o depósito da Fonte da Bica, onde para além dos serviços normais de manutenção, limpeza e substituição de válvulas, também se procedeu à sua impermeabilização, referindo ainda ser objetivo do Executivo investir na requalificação dos depósitos de água em todo o concelho, o que terá de ser feito de uma forma paulatina dado que não é possível ao município, em termos financeiros, assumir esse compromisso de uma só vez. Deu ainda o exemplo do depósito elevado de Malaqueijo que precisa de uma intervenção pormenorizada. Referiu ainda que, sendo investimentos já previstos, estão em andamento os pormenores relativos à sua execução dado que existem várias áreas de intervenção. Para terminar esta matéria salientou que o projeto de investimento já foi apresentado estando-se a tratar dos pormenores sobre a forma como ele vai ser feito e da sectorização das intervenções, considerando que existem várias áreas de intervenção, nomeadamente no cuidado da redução da pressão, porque são novas condutas. -----

----- Relativamente à limpeza urbana informou que, sistematicamente, o Executivo solicita à empresa com a qual existe um contrato de fornecimento assinado, para corrigir as falhas que vão surgindo. Informou que, para além do serviço que é prestado pela empresa, a Câmara Municipal tem uma equipa que dá apoio nos bairros da cidade, equipa esta que está a desenvolver um bom trabalho. Informou ainda que foi encetado um projeto-piloto, em parceria com a Junta de Freguesia de Rio Maior, para a limpeza

e conservação do bairro “Fonte Lagoa” referindo que esta parceria está a decorrer da melhor forma. Disse ainda que o objetivo é, gradualmente, passar a limpeza urbana dos bairros da cidade, para a freguesia de Rio Maior, opinando que têm todas as condições, quer humanas, quer materiais, para procederem a esse tipo de trabalho. -----

----- Relativamente à substituição e cuidado das árvores na cidade, informou que está a ser implementado um plano de podas, o qual tem como prioridade as árvores de toda a área envolvente à Avenida Paulo VI. Ainda sobre esta matéria referiu que na altura da sua implementação muitas árvores foram mal escolhidas dado que crescem excessivamente atingindo alturas que não são adequadas ao meio urbano, e, provavelmente, muitas delas terão de ser abatidas. -----

----- Disse também que os choupos ou plátanos que estão junto do Pavilhão Multiusos não poderão aí continuar por muito mais tempo, dado que estão a danificar a calçada e a causar muitos problemas no sistema de drenagem das águas, referindo que durante a feira das Tasquinhas, choveu bastante e a drenagem foi insuficiente na zona onde estavam instaladas as “roulottes” de comida rápida, situação esta que não foi provocada por falta de limpeza, considerando que antes do certame ter início, tivera o cuidado de mandar limpar toda a rede pluvial daquela zona. Referiu que muitas das situações provocadas por estas e outras árvores têm de ser corrigidas, nomeadamente na zona da Biblioteca Municipal, em que todos os residentes se têm manifestado, assim como na zona da Caixa de Crédito Agrícola em que as árvores estão muito próximas das janelas das habitações. Ainda no uso da palavra informou também que a arquiteta Rute Silva está a fazer o levantamento e identificação de prioridades para esta área, assim como em redor do centro da cidade há árvores do domínio público em que a gestão cabe à Câmara Municipal e que estão contempladas no plano de podas, assim como também há árvores do domínio privado que vão invadindo a via pública, estando o Gabinete Jurídico a notificar os particulares para procederem ao corte das mesmas, mas considerou que nem sempre é fácil garantir que estes cumpram o que lhes é solicitado.-

----- Continuando no uso da palavra reportou-se à feira das Tasquinhas e agradeceu os elogios que foram feitos à sua organização, afirmando que foi um trabalho conjunto e que envolveu toda a Câmara Municipal. -----

----- Reportando-se à intervenção do Vereador Miguel Santos considerou da maior importância a inovação e transformar a feira das Tasquinhas num evento mais ecológico. -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto, referiu que também conversara com alguns responsáveis das associações e o sentimento de satisfação pelas receitas arrecadadas e pelo público presente neste evento, de uma forma geral, é muito favorável, apesar de haver tasquinhas melhor posicionadas dentro do Pavilhão do que

outras, o que poderá potenciar mais a utilização e o usufruto de algumas dessas tasquinhas, situação que pretende e que a seu tempo será presente a reunião de Câmara para conhecimento, não obstante de uma forma geral o certame foi um sucesso.-----

----- Referiu que também as alterações introduzidas ao nível dos bilhetes, assim como a redução do preço dos mesmos, permitiu aumentar as visitas, verificando-se um encaixe financeiro, embora não seja esse o objetivo das Tasquinhas. Referiu ainda que no ano transato os detentores do jornal “Região de Rio Maior” tinham direito a entrar nas Tasquinhas, situação que não existiu, o que, provavelmente, poderá ter representado um acréscimo dos bilhetes vendidos. -----

----- Relativamente às “pulseiras” de ingresso no certame, referiu que as mesmas foram um sucesso, tendo atingido cerca de meio milhar de vendas, o que revela que, efetivamente, as pessoas aderiram. Informou ainda que, futuramente, se pretende fazer uma pré-venda destas pulseiras, de forma mais atempada. Informou ainda que uma das principais críticas recebidas no secretariado da feira foi, pelo facto do bilhete diário não permitir entrar e sair do certame, sendo também um aspeto a ponderar e que a seu tempo, será presente a Reunião de Câmara para dar conhecimento do que se pretende fazer. -----

----- Sobre o orçamento das Tasquinhas referiu que o mesmo ao longo dos anos tem sido de cerca de oitenta e cinco a noventa e cinco mil euros, contrariamente, este ano, com o trabalho feito junto dos patrocinadores, com a venda dos espaços e com o racionamento da despesa, garantindo sempre a qualidade do evento, o custo efetivo para a Câmara com a organização das Tasquinhas foi de cinco mil, trezentos e oitenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos. Salientou ainda que um evento deste gabarito e que também é um ponto de encontro da comunidade riomaiorense, no futuro ainda poderá ser melhorado tendo como objetivo a sua autossustentabilidade, permitindo assim um maior investimento.-----

----- Terminou a intervenção opinando que este é um evento que se discute nos pormenores, considerando que são estes que vão diferenciando o certame e terá de ser aí que o Executivo terá de continuar a apostar. Por último agradeceu a todos aqueles que fizeram das Tasquinhas o que elas são atualmente, desde os seus fundadores e anteriores Executivos, que em sua opinião, fizeram um trabalho fantástico de divulgação, considerando que as Tasquinhas são um evento de interesse Nacional.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Iniciou a intervenção congratulando-se com a forma como decorreram as Tasquinhas 2018 e agradecendo a todos os que se envolveram no certame permitindo

que o certame fosse mais um êxito. Também agradeceu a todos os visitantes das Tasquinhas. -----

----- Sobre a intervenção do Vereador João Teodoro Miguel informou que na próxima reunião do Conselho Geral da ANMP será para verificar o ponto da situação sobre o processo de Descentralização Administrativa e de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.-----

----- Lembrou que foi presente à última Reunião de Câmara um Voto de Protesto das Mulheres Socialistas, pela composição dos órgãos da ANMP, pelo facto de existirem poucas mulheres nos órgãos desta Associação e explicou que, quem integra este órgão são os Presidentes de Câmara ou os Presidentes das Assembleias Municipais, tal como acontece com os órgãos da Associação Nacional de Freguesias em que são os Presidentes de Junta de Freguesia ou os Presidentes das Assembleias de Freguesia que o integram, referindo que, por inerência, como Presidente de Câmara tem o privilégio de pertencer ao Conselho Geral da ANMP desde o seu primeiro mandato.-----

----- Seguidamente referiu que: “O Governo apresentou à Assembleia da República a proposta de Lei 62/13 que estabelece o quadro de transferências de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e a ANMP emitiu parecer sobre esta e participou em audições parlamentares sobre a mesma. Salienta-se também o facto de a proposta de Lei não ter sido ainda aprovada em Assembleia da República”.

----- De seguida disse quais são as áreas que constam deste parecer que foi emitido pela ANMP sobre os três projetos de Lei setoriais, nomeadamente: “Áreas como Freguesias, Proteção Civil, Segurança Contra Incêndios, Policiamento de Proximidade, Educação, Saúde, Cultura, Estacionamento Público, Promoção Turística, Captação de Investimento, Áreas Portuárias, Áreas Protegidas, Praias, Habitações, Vias de Comunicação, Estruturas de Atendimento ao Cidadão, Saúde Animal e Segurança nos Alimentos, Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar, Estatuto do Pessoal Dirigente, Património, Ação Social e Justiça”. Frisou que estas são as áreas sectoriais que estão a ser trabalhadas pelo Governo e sobre as quais a ANMP emitiu parecer.----

----- Referiu que tem sido porta-voz do município e que fará sempre parte da solução neste processo, opinando que a proximidade produz uma melhor prestação de serviço, ao cidadão, considerando que quem está mais próximo consegue fazer mais rápido e com menores custos dado que tem um melhor conhecimento da região, do território e da necessidade de intervenção. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que está a ser trabalhado e legislado para se transformar em competências diretas, mencionando que em muitas destas áreas, não tendo este município a competência, tem tido a responsabilidade e a intervenção em muitas destas áreas, como é o caso da Educação, Saúde, Proteção Civil, Forças de



Segurança e Vias de Comunicação, e, neste caso, lembrou o processo de requalificação da EN114 que não estando nas competências da Câmara houve um entendimento com o Governo e as Infraestruturas de Portugal, conseguindo-se que a estrada fosse desclassificada transmitindo sempre a quem tem a Tutela, a importância de estabelecer esta via como prioritária para o concelho de Rio Maior. Aditou que este projeto está inserido nos programas do Governo de valorização das áreas empresariais, o que também vai ao encontro da fixação de uma grande empresa em Rio Maior, referindo que a apresentação pública do projeto já adjudicado poderá coincidir com a apresentação pública da própria empresa sendo importante esta divulgação. Referiu também que após ter sido noticiado, a nível regional e nacional, a vinda desta grande empresa para Rio Maior tem existido uma maior procura de terrenos para várias áreas. Disse também que quando se consegue demonstrar que existem condições para acolher empresas e numa altura em que se fala tanto de coesão territorial, esta só existe se houver pessoas, mas a sua fixação só acontece se houver emprego e só haverá emprego se houver investimento o que só acontecerá se houver empresas que o promovam e que o criem, frisando que a grande missão da Câmara é criar essas condições para que possa existir investimento e para que aqueles que procuram o concelho aqui se possam fixar. -----

----- Continuou a intervenção elogiando a Dra. Anabela Leal pelo trabalho desenvolvido, e referiu que nos últimos tempos, de uma forma fantástica, “tem sido um braço armado a vender o concelho”. -----

----- Ainda no uso da palavra e retomando a questão relativamente à questão da transferência das competências, disse que não é só o investimento, mas também a prestação dos melhores cuidados a quem vive no concelho e a quem se queira fixar, referindo que isto se prende com a Educação, Saúde, Rede Viária e Segurança, e ainda com todas as questões que estão diretamente ligadas com o cidadão e em que a Câmara tem de intervir. Informou que irá fazer um ponto de situação mais ajustado e mais realista, depois da próxima reunião do Conselho Geral da ANMP e recordou que este assunto foi também o ponto principal do último congresso da referida Associação.-

----- Continuando a intervenção reportando-se à requalificação da Mina do Espadanal e disse ao Vereador Daniel Pinto que não considerava grave ter dito que a classificação de um património não está diretamente relacionado com a sua recuperação e com a sua salvaguarda, dado que, caso se trate de um património classificado, tem de se fazer consultas a mais entidades, existindo essa experiência com a Vila Romana e com a Zona Ribeirinha que são uma ZEP-Zona Especial de Proteção. Disse também que a missão da Câmara é fazer a salvaguarda do património, a sua valorização, requalificação e posteriormente divulgar essa requalificação.-----

----- Continuou a intervenção referindo que a função da Câmara é definir prioridades porque quem tem legitimidade para definir essas prioridades é quem está no exercício de funções e considera que, quando o Vereador Daniel Pinto faz comparações de requalificações feitas por outros municípios, opinou que não se está a falar de processos de requalificação como o da Mina do Espadanal, dizendo que, com a responsabilidade que tem como Presidente da Câmara, também deseja muito ver aquele edifício requalificado, porque era uma “bandeira” para o concelho de Rio Maior, mas o Executivo está a trabalhar no sentido de avançar com o processo. Relativamente à classificação disse que não deve haver falsas interpretações e que a Câmara não foge às suas responsabilidades considerando que também tem a obrigação e a competência da salvaguarda do património e já disse a alguns técnicos, nomeadamente, na Direção Geral do Património, que não admite que lhe digam que requalificam aquele espaço de uma forma superior aquela que a Câmara faria porque também é missão e obrigação do município, a salvaguarda do património. -----

----- Ainda sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto e relativamente ao programa REVIVE referiu que, quanto à questão de dar sinais a privados, a Câmara já o fez embora os Senhores Vereadores ainda não o conseguiram valorizar. Frisou que a aquisição do edifício por parte do município, na zona antiga da cidade, é um sinal que se está a dar aos privados de que existem programas específicos para reabilitar edifícios enquadrados nas áreas de reabilitação urbana com vantagens e com créditos bonificados e mais favorecidos nestas requalificações. De seguida agradeceu a preocupação dos Senhores Vereadores no sentido de terem alertado a Câmara, desejando que se possa fazer um trabalho em conjunto e que se entenda que em todos estes processos, já por si morosos, se está a gerir dinheiros públicos. Relativamente à clarificação e identificação de prioridades disse que a Câmara tem tudo devidamente acautelado e que todos os “dossiers” estão nos gabinetes.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I – DESPACHO Nº 45/2018, DATADO DE 06 DE MARÇO – EMPREITADA: REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – LOTE 1 – CONSTRUÇÃO E REPAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM FREGUESIAS DO CONCELHO – SUSPENSÃO DOS TRABALHOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 45/2018, exarado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, no dia 06 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar a suspensão dos trabalhos da empreitada identificada em assunto, ao abrigo da alínea a) do artigo 365.º do Código dos Contratos Públicos, até que cesse o motivo que origina esta suspensão. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO Nº 46/2018, DATADO DE 06 DE MARÇO – EMPREITADA: REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – LOTE 4 – REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS E APLICAÇÃO DE MICROAGLOMERADOS EM VIAS DO CONCELHO - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 46/2018, exarado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, no dia 06 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar a suspensão dos trabalhos da empreitada identificada em assunto, ao abrigo da alínea a) do artigo 365.º do Código dos Contratos Públicos, até que cesse o motivo que origina esta suspensão. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO Nº 49/2018, DATADO DE 13 DE MARÇO – RETIFICAÇÃO DA CERTIDÃO Nº. 31/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 49/2018, exarado ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determinou a retificação à Certidão n.º 31/2018. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – ADENDA AO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação nº.08/SUASE/2018, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa ao Financiamento no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico relativo ao ano 2016/2017. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III – ADITAMENTO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO PRÉ-ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2017/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o Aditamento ao Acordo de Cooperação para a Educação Pré-escolar para o Ano Letivo 2017/2018, conforme informação n.º 9/SUASE/2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE REFEIÇÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer dos serviços de Ação Social do Município, da RLISRM e informação n.º10/SUASE/2018, proceder à isenção do pagamento das refeições com efeitos a partir de 01 de março e até que a situação seja regularizada pela Segurança Social. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V – VISTORIA DE SALUBRIDADE - CENTRO COMERCIAL “O SALINAS”, SITO NA AVENIDA PAULO VI, EM RIO MAIOR – PROCESSO Nº 99830/2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, baseada no parecer da Chefe da UUPOTEP de 09/03/2018, e estando em causa a segurança e saúde pública, não prorrogar o prazo solicitado pela empresa, considerando ainda o prazo decorrido desde a realização da vistoria de salubridade (23/02/2016) e o estipulado para a execução das obras elencadas no respetivo auto (180 dias), originado no decurso do processo. -----

----- Mais deliberou que no término do prazo estipulado seja efetuada nova vistoria para análise e aferição se os trabalhos realizados são suficientes para reestabelecer a segurança e saúde pública. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM RUA DO SEIXO – ALFOUVÉS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO – PROCESSO Nº, 61/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação de 08/03/2018 e parecer de 16/03/2018, certificar que a estrada que corta e atravessa os prédios rústicos inscritos na matriz sob os artigos 53, 54 e 55, todos da secção C, sitos em Hortica, Vertiais e Murtinhais, da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo,

Concelho de Rio Maior, tem como topónimo atribuído Rua do Seixo, é do conhecimento e domínio público.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. - -

----- **PONTO VII – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA SITA EM SERRADA OU RIO DA PONTE – RIO MAIOR – FREGUESIA DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº. 69/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer da Chefe da UUPOTEP de 19/03/2018, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Solicitou esclarecimento sobre o motivo deste destaque de parcela em Serrada ou Rio da Ponte em Rio Maior. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que este ponto diz respeito ao projeto já aprovado para a Zona Ribeirinha, contudo existe uma parcela de terreno que fica fora da zona do projeto, sendo a proposta de deliberação no sentido de proceder à criação de um artigo matricial que passará para o domínio privado da Câmara Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA SITA NA RUA 25 DE ABRIL – SÃO JOÃO DA RIBEIRA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO – PROCESSO Nº. 70/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer da Chefe da UUPOTEP de 20/03/2018, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Questionou se a proposta apresentada é relativo a um assunto já apresentado por um particular em reunião de Câmara sobre uma parcela com, aproximadamente,

quinhentos metros ainda propriedade do particular e onde estava que estava instalada uma estação elevatória com aproximadamente quinhentos metros. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Respondeu à questão apresentada pelo Vereador João Teodoro Miguel esclarecendo que existe uma conduta que passa no terreno do proprietário que na altura negociou com a Câmara algumas contrapartidas. Em sua opinião estas contrapartidas além de não serem definitivas, não garantiam um bom serviço e um bom acesso àquela conduta, referindo que se optou por fazer uma oferta, que obteve parecer favorável de um avaliador independente, para se fazer um destaque e o terreno onde passa a conduta ficar na posse da Câmara. Informou que o proprietário do terreno aceitou a proposta ficando assim definitivamente resolvido, um problema que já tinha muitos anos.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX - CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA SITA EM VALE DA CALDEIRA OU COVA DA RAPOSA – RIO MAIOR – FREGUESIA DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº. 187/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer da Chefe da UUPOTEP de 19/03/2018, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº5 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPREENDEDORISMO NO CONCELHO DE RIO MAIOR – CONSULTA PÚBLICA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação técnica de 19.03.2018 e parecer do Chefe de Divisão Financeira, submeter o projeto de “Regulamento de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo no Concelho de Rio Maior” a discussão pública, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento administrativo. Mais deliberou que, para o efeito, o projeto de regulamento deverá ser publicitado no Diário da República, 2ª Série e na página da Internet do Município, durante um período de 30 dias. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Relativamente a esta matéria congratulou-se com a proposta de regulamento apresentada, dizendo que é uma ferramenta que permite de certa forma balizar

prioridades de investimento local, e que, indo para consulta pública, pode eventualmente sofrer algumas melhorias que podem vir a enriquecer o documento. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para dizer que este regulamento é uma das grandes apostas no concelho de Rio Maior de apoio à iniciativa e à atividade económica e referiu que quando uma empresa decide instalar-se num determinado concelho, analisa-o em termos dos incentivos que tem, e em função da formação que o concelho oferece neste âmbito, que, no caso de Rio Maior, é o Ensino Profissional. Opinou que há um conjunto de fatores que as empresas analisam, nomeadamente, a burocracia que encontram ou não, assim como a forma como decorrem os contactos com as entidades do concelho e quando encontram um interlocutor que faz a ponte entre as várias situações, é um passo em frente para uma empresa decidir investir num determinado concelho, salientando que o Executivo está a trabalhar para que as empresas possam investir em Rio Maior. Ainda sobre esta matéria referiu que, quando as empresas para fazer um investimento se deslocam à Câmara Municipal, à Direção-Geral da Economia, à Direção Geral da Energia e ao IAPMEI, tendo de o fazer diversas vezes porque não conseguem nunca falar com a pessoa certa e por vezes desistem de fazer esse mesmo investimento.----

----- Continuou a intervenção referindo que o Executivo está a dar cumprimento a um compromisso eleitoral com os riomaiorenses, salientando o regulamento de apoio à atividade económica, uma via verde para o empresário e num aumento da oferta de emprego que surge, indiretamente, pelo investimento que se possa fazer. Referiu também que neste regulamento além dos incentivos fiscais, isenção de taxas ou redução das mesmas, também prevê a criação da “figura do gestor de processos”, que é aquele que, na Câmara Municipal, é nomeado para gerir os processos que se consideraram de interesse para o concelho, que faz a ponte entre os serviços e o empresário que pretende investir. -----

----- Referiu ainda que o objetivo é a celeridade e a desburocratização do processo com ligação ao Centro de Negócios para apoiar essas empresas em termos administrativos e técnicos e deve ser dado pela estrutura que a Câmara criou, ou seja, o Centro de Negócios e Inovação e salientou que a Câmara está a fazer uma grande aposta no aumento da competitividade económica riomaiorense e na diminuição do desemprego, frisando que o desemprego no concelho está em menos de metade da média nacional.-

----- Finalizou dizendo que a Câmara está a apostar fortemente no Concelho de Rio Maior no apoio à atividade económica e empreendedorismo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Congratulou-se com o entusiasmo com que o Vereador Lopes Candoso falou desta matéria e com o trabalho que está a ser feito na Câmara e no Centro de Negócios e Inovação e manifestou a sua satisfação pelo reconhecimento que tem sido dado, fora do concelho de Rio Maior, à forma diferente de receber as empresas, opinando que é a diferença que “marca pontos”. Frisou que a curto prazo, o entusiasmo com que os colaboradores desta Câmara, particularmente a Dra. Anabela Leal e o Engº Lopes Candoso, enquanto eleito, recebem os possíveis investidores, terá o devido retorno.----

----- Finalizou dizendo que aguarda contributos e sugestões de melhoria para o presente regulamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. —

----- **PONTO XI – CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS, PREVISTOS NOS N.ºS 2 E 3, DO ARTIGO 16.º DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS - APROVAÇÃO DAS CLAUSULAS CONTRATUAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação técnica de 19.03.2018 e parecer do Chefe de Divisão Financeira, aprovar a minuta do contrato de benefícios fiscais Municipais a celebrar, entre o Município de Rio Maior e a sociedade “Generis Farmacêutica, SA”, redigida em obediência às regras definidas pela Assembleia Municipal de Rio Maior, em 27.12.2017, para a atribuição das isenções de IMI e IMT, conforme o previsto nos n.º 2 e 3, do art.º 16.º, da lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e no Código Fiscal do Investimento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre a temática da captação de investimento e de apoio à atividade económica disse que este é o exemplo concreto do que se pretende para Rio Maior e congratulou-se por esta dimensão estratégica para o município que expressa mais qualidade de vida, mais emprego, mais criação de riqueza e mais condições para ser um motivo de atração para todos aqueles que se pretendam fixar no concelho, referindo que o desenvolvimento, a cultura e a educação só se fazem com as pessoas.-----

----- Salientou a importância do cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato, nomeadamente o cumprimento dos prazos, referindo que identificou no documento em apreciação, um prazo relacionado com a desmatção de terreno, que não está a ser cumprido e manifestou o desejo de a Câmara Municipal, a Depomor e o investidor terem a capacidade de honrar o compromisso assumido. Terminou felicitando a Câmara Municipal pela proposta apresentada.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----



----- Relativamente a este assunto disse que apenas se trata de concretizar em contrato que já foi aprovado pela Assembleia Municipal e opinou que, numa perspetiva de longo prazo e de futuro, faz mais sentido existir um Regulamento Geral do que ser presente uma proposta a reunião de Câmara, anualmente.-----

----- Respondendo ao Vereador Daniel Pinto referiu que o corte de eucaliptos não é competência da Câmara, mas da Depomor que é a empresa que gere o Parque de Negócios e referiu que a desmatção está praticamente concluída, embora tivesse existido um ligeiro atraso devido às condições climáticas, mas que tudo foi sempre coordenado com a empresa GENERIS. Salientou ainda que o fator mais importante para que esta empresa se tivesse decidido por Rio Maior foi a Escola Profissional, dado que há muitos anos que a referida empresa recebe alunos da Escola Profissional de Rio Maior para os seus estágios, e, atualmente, tem na sua fábrica em Lisboa ex-alunos desta escola que fizeram a sugestão para que a mesma apresentasse na sua oferta de formação um curso de Análises Laboratoriais.-----

----- Referiu que tanto a Escola Profissional, como outras empresas consideraram que este curso era importante para o concelho de Rio Maior, o qual já foi aprovado. Informou ainda que a escola vai instalar um laboratório para assim poder dar formação nesta área. Frisou que foi mais um passo em frente na especialização da Escola Profissional de Rio Maior salientando a importância destes incentivos e, assim, dar também uma resposta imediata às situações que vão surgindo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu as palavras do Vereador Lopes Candoso e informou que esteve com a Vereadora Ana Filomena Figueiredo na reunião do Planeamento e Concertação da Rede de Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens para a Lezíria do Tejo, onde foi aprovado este novo curso para a Escola Profissional de Rio Maior.-----

----- Esclareceu que este curso em causa não era uma condição da empresa GENERIS, mas apenas uma recomendação, até pela ligação à Escola Profissional, opinando que foi importante ter dado esta resposta não só à referida empresa, mas também a outras empresas. -----

----- Recordou que sempre se congratulou pelo facto da taxa de desemprego no concelho ser praticamente metade da média nacional, mas atualmente, essa situação poderá dificultar considerando que, se queremos fixar empresas e reduzir o desemprego, é preciso haver pessoas para trabalhar. Salientou que o concelho de Rio Maior tem o privilégio de ter uma localização geográfica com proximidade aos concelhos de Azambuja e Cartaxo e que as empresas do concelho têm recebido muitas pessoas destes concelhos. Informou que a empresa GENERIS pretende ter a trabalhar nas suas

fábricas um número muito elevado de trabalhadores, e, se o concelho tiver uma oferta de jovens qualificados a nível superior e com formação na área de análises laboratoriais será mais vantajoso para todos. -----

----- Disse que a empresa prevê que as embalagens comecem a sair em junho de dois mil e dezanove, prevendo-se, posteriormente, um outro investimento. Ainda sobre esta matéria disse que existiam três questões para resolver, nomeadamente, a celeridade do processo, dizendo que esteve presente com o investidor numa reunião na CCDRLVT, onde foram explicados os prazos que, obrigatoriamente, têm de ser cumpridos, na alteração do Plano de Pormenor, referindo que tudo foi entregue dentro dos prazos que foram estipulados, estando o assunto a ser devidamente acompanhado pelos serviços da Câmara. Outra questão era a possibilidade de a Escola Profissional formar jovens em Análises Laboratoriais, área que interessa à empresa, em termos de admissão de pessoal e por último a questão das isenções. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. —

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Interessa-me na minha declaração de voto justificar porque votei favoravelmente, porque não só acredito que este ponto, em particular, trará uma grande valia para o concelho, mas dizer-lhe também que interessa fazer uma leitura política desta situação e dizer que esta Câmara Municipal iniciou há alguns anos, e confirmou hoje, uma mudança de visão, uma mudança de paradigma político, e uma mudança na forma de trabalhar. Hoje Rio Maior é um concelho amigo do empresário investidor e amigo do empreendedor. -----

----- Houve quem dissesse nesta casa que Rio Maior não tinha empreendedores, nem gerava condições para os ter, mas tivemos uma visão para o concelho, honra seja feita, mas corríamos o risco de ser um concelho de serviços e de equipamentos e sem pessoas. Era notório em Rio Maior a falta de massa crítica para justificar a utilização de tantos equipamentos e a utilização de tantos serviços, e, se continuássemos este tipo de política e esse paradigma, provavelmente, iríamos transformarmo-nos, lentamente, numa cidade dormitório onde tínhamos todas as condições, mas, efetivamente, “o pão para a mesa” não pode sair exclusivamente dos campos de futebol, não pode sair exclusivamente dos pavilhões, e, portanto, houve aqui claramente uma mudança de paradigma político, não descorando, nem criticando as opções feitas, foram opções tomadas. Rio Maior teve um “cluster” e continua a manter esse “cluster”, mas o que me importa aqui salientar é que se conseguiu manter Rio Maior, como a “Cidade do Desporto”, mas que gera condições para termos investimento, para gerarmos emprego, e, daí, conseguirmos gerar riqueza. Como há pouco disse o Engenheiro Cadoso, o que

nos diferencia, não só na captação de investimento, como também no próprio trabalho desenvolvido pela empresa Desmor, é a diferenciação atendimento e no acompanhamento das diversas situações. Eu testemunho, o trabalho e a dedicação, que o Engº. Lopes Candoso, a nossa Presidente da Câmara e todos os Serviços, têm no sentido de poderem “mimar” aqueles que aqui querem investir, fazendo com que estes se sintam em “casa” porque terrenos para vender, os trezentos e oito municípios deste País terão, áreas empresariais, se não tiverem os trezentos e oito, muitos terão, então porquê a escolha de Rio Maior, porque as pessoas com capacidade de decisão tratam os investidores de forma diferente. Daí os meus parabéns a toda a Câmara Municipal pelo trabalho que temos desenvolvido”. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto subscrita pelo Vereador João Teodoro Miguel** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque considero esta uma aposta ganha para Rio Maior. Em boa hora foi criada a Escola Profissional de Rio Maior, em boa hora foi construída a A15, a autoestrada de ligação da A1 à A8 e em boa hora foi criada a Área de Localização Empresarial. Espero sinceramente que as cláusulas e as obrigações que estão aqui esplanadas neste contrato sejam cumpridas e que a celeridade seja uma evidência, para o futuro próximo de Rio Maior”. -----

----- **PONTO XII – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE LEITURA E ESCRITA NO ÂMBITO DO PLANO E PROJETO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da presente informação Interna, registo Ubpm nº 00352/2018, de 12 de Março e no âmbito das atribuições e competências do Município nestas matérias, prevista na Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal de Matosinhos para implementação do Projeto de Leitura e Escrita no Concelho de Rio Maior, inserido no Plano e Projeto Inovador de Combate ao Insucesso Escolar. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto disse que esta proposta de celebração de protocolo prende-se com o projeto de promoção e combate ao insucesso escolar. Disse estar provado, cientificamente, que o rastreio em idades precoces das dificuldades na aquisição de leitura, deverá ocorrer no período pré-escolar. Disse ainda que está claramente demonstrado que uma intervenção cronológica é mais indicada no período pré-escolar, permitindo depois, uma melhor aquisição de todas as áreas do conhecimento. Disse também que para dotar a Equipa de Intervenção Multidisciplinar

que se encontra em fase de recrutamento de novos meios e técnicas, e, de uma vez que Matosinhos é um município que tem este projeto em curso há cerca de seis anos, e, considerando que tem mostrado resultados muito positivos e que começa agora a difundir o seu projeto noutros municípios, esta Câmara vai seguir o seu exemplo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII – RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação da SUEGAOA datada de 8 de março de 2018, autorizar a renovação do Protocolo de Cooperação com a Associação Portuguesa Para a Defesa do Consumidor – DECO. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se à Estrada Municipal quinhentos e oito e à Avenida de Portugal, manifestando a sua preocupação quanto à limpeza dos acessos e das zonas envolventes. -----

----- **Senhor António Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Na sua intervenção reportou-se às questões da poluição e da Ecovia. (Anexo A). -

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente à questão da Ecovia disse que este assunto começou a ser trabalhado no mandato anterior e que o projeto está a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, envolvendo os municípios de Rio Maior e de Santarém. Informou que se pretende introduzir um conjunto de equipamentos de modernidade, nomeadamente, em termos de aproveitamento de energia solar, onde não vão ser integrados os municípios de Cartaxo e Azambuja. Referiu que este é um

projeto que ainda está a ser desenvolvido e que a seu tempo dará “frutos”. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para responder ao Senhor João Narciso Verde da Costa dizendo que as situações a que se refere deveriam estar limpas até ao dia trinta de abril. Relativamente aos terrenos privados disse que se trata de uma situação de cumprimento da Lei e que o trabalho da Câmara tem sido de sensibilização, mas a partir da data limite, terá de participar ativamente na fiscalização, sempre que seja solicitado, e, em última análise, proceder à limpeza dos terrenos dos particulares, porque a Lei a isso obriga. Disse que não sendo possível proceder à limpeza de todos os terrenos terá de existir o discernimento e o sentimento de equidade necessários para garantir as prioridades. Disse ainda que, no caso do colégio Águas Férreas, é absolutamente necessário que a faixa de terreno terá de ser limpa, apesar de considerar que a legislação poderá ser injusta em algumas situações, exemplificando com o caso de uma pecuária abandonada e devoluta que tem prioridade sobre todos os eucaliptais. -----

----- Relativamente aos terrenos que são propriedade privada do município de Rio Maior referiu que está em fase de conclusão um procedimento administrativo, no montante de cerca de quarenta mil euros, para proceder à limpeza dos mesmos. Referiu ainda que, não sendo possível proceder à limpeza de todos os terrenos, terá de ser dada prioridade a situações mais gritantes, exemplificando com um terreno que está na retaguarda do Centro Escolar de Fráguas e que está completamente coberto de mato. Disse ainda que a Câmara não tem legitimidade moral para atuar ou fiscalizar proprietários, se ela própria, não cumprir e não der esse sinal. Relativamente aos terrenos privados referiu que caberá à GNR fazer a fiscalização dos mesmos terrenos e informou que o Governo prolongou o prazo da limpeza até junho. Referiu ainda que a partir de quinze de março irão ser levantadas contraordenações, mas as coimas só serão aplicadas em junho, e informou que os proprietários irão ser notificados para procederem à limpeza, caso não o tenham feito. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que o documento que o Senhor António Costa deixou será devidamente apreciado e encaminhado aos serviços respetivos desta Câmara Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE MARÇO DE 2018**

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_